

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO  
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

Processo Administrativo nº 00.047.834/2022-1

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, por meio do Departamento de Licitações e Contratos - LICON, sediada junto a Rua Orivaldo- M. de Souza, 40, Bairro Ribeirão do Lipa, Cuiabá – MT realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item** nos termos da Lei Nº 13.303, de 30 de junho 2016, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas nesse Edital.

**Data da sessão:** 13 de Setembro de 2022.

**Horário:**10h:00min (horário de Brasília - DF)

**Local:** Bolsa de Licitação – www.bll.org.br

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição, sob demanda, de EPI (equipamento de proteção individual) para atender os servidores do Hospital Municipal São Benedito - HMSB e Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho - HMC ambos geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública conforme descrição do edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada por item.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

**Órgão:** 16 – Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade:** 501- Empresa Cuiabana de Saúde Pública

**PAOE:** 2430 – Manutenção e Apoio Administrativo do HMC

2431 – Manutenção e Apoio Administrativo do HMSB





**Natureza:** 3.3.90.30 – Material de Consumo

**Fonte:** 659 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde

### **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

**3.2.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, no âmbito estadual ou municipal, responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

**3.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.4.** As aquisições adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.5.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao todo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**3.6.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**3.7.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). (Art. 9º, § 1º, do Decreto nº. 10.024/2019).

**4.2.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de



sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

**4.3.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 19, III, do Decreto nº. 10.024/2019);

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**4.5.** É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais bem como dos documentos anexados na plataforma e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**4.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4.7.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através dos telefones: (41) 3097.4600 - Curitiba-PR, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

**Nota explicativa 01:** O credenciamento exigido no art. 9º do Decreto nº. 10.024/2019 constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame.

**Nota explicativa 02:** A Empresa Cuiabana de Saúde Pública, através de Termo Cooperação Técnica/Licença de Uso de uso do Software passou a realizar seus Pregões Eletrônicos através da plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, e aquele que deseje participar na forma de licitante, terá que se cadastrar

inicialmente no Portal da BLL, ao qual implicará pagamento de taxa de utilização da plataforma à BLL, conforme termo de adesão da própria.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

**5.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que comprovarem por meio de documentação que a atividade da empresa é pertinente e compatível ao objeto desta licitação e que atendem a todas as exigências constantes deste Edital e





seus Anexos e que estejam, obrigatoriamente, cadastrados no sistema eletrônico utilizado neste processo;

**5.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:**

**5.2.1.** Credenciar-se previamente ao Sistema Eletrônico, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). (Art. 19, I, do Decreto nº. 10.024/2019).

**5.2.2.** Remeter, no prazo estabelecido, **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA**, os documentos de habilitação e proposta conforme estabelecido **nos itens 6 a 10 deste edital** e, quando necessário, os documentos complementares. (Art. 19, II, do Decreto nº. 10.024/2019).

**5.2.3.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 19, III, do Decreto nº. 10.024/2019).

**5.2.4.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (Art. 19, IV, do Decreto nº. 10.024/2019).

**5.2.5.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso. (Art. 19, V, do Decreto nº. 10.024/2019).

**5.2.6.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; (art. 19, VI, do Decreto nº. 10.024/2019), e;

**5.2.7.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio. (Art. 19, VII, do Decreto nº. 10.024/2019).

**5.3.** As cotas distribuídas, conforme Art. 48 da Lei complementar 14/2014 – Os Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 – Cotas de 25% - destinado a participação exclusiva de empresa enquadrada como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, **SEM PREJUÍZO DA PARTICIPAÇÃO NA COTA PRINCIPAL**.

**5.4. A PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO SIGNIFICA:**

**5.4.1.** Que a licitante e seus representantes leram este edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos;

**5.4.2.** Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam e conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica;

**5.4.3.** Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de



desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente todo o edital, e demais documentos anexos;

**5.4.4.** Caso tenham dúvidas das exigências contidas no edital, deve a licitante solicitar esclarecimentos nos termos do item 21 deste edital, ou, caso necessário impugnar o certame nas mesmas condições do item 21.

**5.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:**

**5.5.1.** Que se enquadrem em algum impedimento elencado no artigo 38 da Lei 13.303 de 2016;

**5.5.2.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

**5.5.3.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**5.5.4.** Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCU, durante o prazo da sanção aplicada;

**5.5.5.** Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**5.5.6.** Empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

**5.5.7.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

**5.5.8.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**5.5.9.** Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

**5.5.10.** Que estejam sob falência ou que estejam sob concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

**5.6.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**5.6.1.** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**5.7.** Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:





a. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante

**5.7.1.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

**5.8.** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

**5.9. Como condição para participação no Pregão,** o licitante deverá anexar as declarações no sistema eletrônico, relativo às seguintes **declarações:**

**5.9.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**5.9.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a empresa deverá ser cadastrada no sistema eletrônico como ME;

**5.9.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, caso não esteja cadastrada no sistema eletrônico como ME, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.9.2.** Declarar que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**5.9.3.** Declarar que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame; ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5.9.4.** Declarar que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.9.5.** Declarar que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





**5.9.6.** Declarar que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

**5.7.A** declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. (Art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019)

**6.2.** As licitantes deverão apresentar os documentos de forma legível, com condição para análise inclusive os selos e autenticações que serão utilizados para autenticidades e diligências, deverão ainda encaminhar apenas os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis e não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, depois de entregues.

**6.2.1** Os documentos de habilitação deverão estar atualizados e com prazo vigente na data da sessão de abertura, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por órgão competente ou por Servidor da Superintendência de Licitação desde que presente os documentos originais, ou, por publicação em órgão de imprensa oficial ou ainda em autenticação online desde que contenham:

- a)** O "Selo Digital" para os documentos autenticados em cartório digital.
- b)** Código de autenticidade e/ou protocolo para as certidões de expedição online.
- c)** Assinatura digital para os documentos que houver necessidade de assinatura do responsável.

**6.2.2** Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento ou comprovantes de pagamento em substituição aos documentos





requeridos no presente Edital e seus Anexos, e nem documentos cujas datas estejam rasuradas.

**6.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. (art. 26, §6º, do Decreto nº 10.024/2019).

**6.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta. (art. 26, §7º, do Decreto nº 10.024/2019).

**6.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. (art. 26, §9º, do Decreto nº 10.024/2019).

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1.** *Valor por item;*

**7.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares às especificações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no Órgão competente, quando for o caso (no que couber).

**7.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**7.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.





**7.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

**7.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.7.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**7.7.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7.7.2.** Se a marca identificar o licitante deverá colocar "marca própria"

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**





**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo menor valor por item.

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





**8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24h00min (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.17.** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço* conforme definido neste Edital e seus anexos.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.21.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.22.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele





intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**8.25.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**8.25.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.25.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**8.25.3.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo estimado (Acórdão n.º 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.





**9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**9.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**9.5.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.5.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.5.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

**9.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.8.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de





negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**9.8.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.8.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.9.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**9.10.1** Caso o Pregoeiro decida analisar os documentos de habilitação do vencedor de imediato, estará informando aos licitantes via chat, que deverão ficar aguardando pelo resultado, que logo após será aberto prazo recursal.

**9.11** O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, para encaminhamento da proposta vencedora no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**10.1.1.** Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**10.1.2.** A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.1.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.1.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.1.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**10.1.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.1.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.1.5.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(s) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**10.2.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já





apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

**10.3.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.7.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**10.8. Habilitação jurídica:**

**10.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.8.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**10.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**10.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**10.8.5.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa



de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Empresarial e Integração - DREI;

**10.8.6.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**10.8.7.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**10.8.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**10.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;**

#### **10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**10.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**10.9.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.9.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.9.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.9.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





**10.9.6.** Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante.

**10.9.7.** Prova de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. **(Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).**

**10.9.8.** Prova de Regularidade de Débito fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

**10.9.9.** Prova de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Municipal do respectivo domicílio tributário da empresa **(Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação municipal, quando será aceita a certidão unificada).**

**Nota explicativa 03:** Em caso de as Certidões serem unificadas esta informação terá que estar explícita no documento ou o licitante deverá através de outro documento idôneo demonstrar que a certidão é de fato unificada.

**10.9.10.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.9.11.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **10.10. Qualificação Econômico-Financeira.**

**10.10.1. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL,** já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado ou arquivado na junta comercial, cartório ou Receita Federal (SPED ou ECD), juntamente com os Termos de Abertura e de Encerramento, fundamentado nos (arts. 1.181 e 1.184 § 2º da Lei 10.406/02, Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 2018/NBCTSP16).



**10.10.1.1.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, que preenchem as condições estabelecidas no art. 34 da Lei nº. 11.488/07, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais.

**Assim, para a presente licitação, é OBRIGATORIA a apresentação desta peça.**

**10.10.1.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**10.10.1.3.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**10.10.1.4.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**10.10.1.5. NÃO** serão admitidos balanço patrimonial, DRE e termos de abertura e encerramento, parte em “Livro Diário”, parte em “Registro Digital” ou parte em “ECD” ou “SPED”. Devendo o licitante optar por uma das formas de apresentação.

**10.10.2.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação de planilha com obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**10.10.3.** Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre valor da proposta apresentada para o lote ou do item pertinente.





**10.10.3.1** Caso o Licitante apresente proposta mais vantajosa para mais de um ITEM, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido igual ou superior ao somatório dos valores acima previstos, relativos a cada um dos Itens/Lotes ofertados.

**10.10.4 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

**a)** Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.

**10.10.5.** As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:

**10.10.5.1. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL** expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

**a)** A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido/homologado na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

**b)** A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira.

## 10.11. Qualificação Técnica

**10.11.1** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e/ou serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado com firma reconhecida em cartório;

**10.11.1.** Não serão aceitos atestados emitidos pelas próprias licitantes.





**10.12** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**10.13** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.14** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.15** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**10.16** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.17** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.18** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.19** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**11.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última





folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**11.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**11.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

**11.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**11.4.** A oferta deverá ser firme e precisa limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**11.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**11.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(s) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema. (art. 44 Decreto nº 10.024/2019).

**12.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**12.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.





**12.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**12.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (Art. 44, §1º e §2, do Decreto nº. 10.024/2019)

**12.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**13.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**13.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no BBL, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente,





após a regular decisão dos recursos apresentados. (Art. 17, VIII e IX do Decreto nº. 10.024/2019);

**14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório;

**14.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

**14.4.** No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, a Empresa Cuiabana de Saúde Pública poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido registrada e/ou contratada.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

**15.2.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, respeitando o limite permitido na Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.

**15.3.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.4.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**15.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

**16.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta do contrato, anexa a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato.





## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na minuta do contrato, anexa a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa sujeita ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e ao descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, no termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a Empresa Licitante que:

**20.1.1.** Não assinar o termo de contratou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.2.** Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**20.1.3.** Apresentar documentação falsa;

**20.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.6.** Não mantiver a proposta;

**20.1.7.** Cometer fraude fiscal;

**20.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo;

**20.1.9.** Falhar ou fraudar na execução do contrato.

**20.2.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

**20.3.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**20.4.** No decorrer da contratação, a Contratada que incorrer em atraso injustificado na execução contratual ou inexecução total ou parcial do contrato ficará sujeita às seguintes sanções:

**20.4.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**20.4.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;



**20.4.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**20.4.4.** Rescisão contratual, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e das normas e princípios gerais dos contratos.

**20.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**20.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**20.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**20.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**20.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**20.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;

**20.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**20.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**20.13.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**21.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.





**21.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: lands.vilela@cuiaba.mt.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço mencionado no preâmbulo desse Edital.

**21.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**21.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**21.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**21.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**21.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**21.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração..

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na ECSP.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço mencionado no preâmbulo desse Edital, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**22.12.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**22.13.** A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**22.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO III – Minuta Ata de Registro de Preço;
- ANEXO IV - Modelo de Proposta;
- ANEXO V – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
- ANEXO VI – Requerimento de Benefício e Declaração para Micro Empresas e EPP;
- ANEXO VII – Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica).

Cuiabá/Mt, 24 de Agosto de 2022

Visto:

EDUARDO PEREIRA VASCONCELOS  
Diretor Administrativo e Financeiro

PAULO RÓS  
Diretor Geral



## ANEXO I

### DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 060/HMC/HMSB/ECSP/2022

#### 1. DO OBJETO:

1.1 Este Termo de Referência tem por objeto “Registro de Preço para futura e eventual aquisição, sob demanda, de EPI (equipamento de proteção individual) para atender os servidores do Hospital Municipal São Benedito - HMSB e Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho - HMC ambos geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública, conforme termo e seus anexos.

1.2 A presente contratação adotará como critério de julgamento por **“Menor Preço”** por item conforme Art. 54, Inciso I da Lei 13.303/2016;

#### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

A Empresa Cuiabana de Saúde Pública foi criada por meio da Lei Municipal n.º 5.723 de 17 de outubro de 2013, sendo devidamente instituída em Janeiro de 2015, quando da aprovação de seu Estatuto Social, ocorrida por meio do Decreto Municipal n.º 5.699, de 12 de Janeiro de 2015.

O uso de Equipamento de Proteção Individual é fundamental para garantir a saúde e a proteção do trabalhador, evitando conseqüências negativas em casos de acidente de trabalho. Além disso, o Equipamento de Proteção Individual também é usado para garantir que o profissional não será exposto a doenças ocupacionais, que podem comprometer a capacidade de trabalho e de vida dos profissionais durante e depois da fase ativa de trabalho.

O Equipamento de Proteção Individual é importante para proteger individualmente os profissionais, reduzindo qualquer tipo de ameaça ou risco para o trabalhador. O uso dos equipamentos de proteção é determinado pela Norma Técnica NR-6, que estabelece que os Equipamentos de Proteção Individual sejam fornecidos de forma gratuita ao trabalhador para o desempenho de suas funções dentro da empresa, vejamos:

NR-6 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI: 6.1. Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. 6.1.1 Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. 6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importada, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. 6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias: a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho; b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e, c) para atender a situações de emergência. 6.4 Atendidas às peculiaridades de cada atividade profissional, e observado o disposto no item 6.5, o empregador deve fornecer aos trabalhadores os EPI adequados, de acordo com o disposto no ANEXO I desta NR.

A Norma Reguladora - NR-6 de Equipamento de Proteção Individual estabelece em seu anexo I a lista de equipamentos de proteção individual, destacamos quais serão necessários para atender os colaboradores do Hospital Municipal São Benedito e Hospital Municipal de Cuiabá:





#### ANEXO I – LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL:

A-EPI PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA: A.1. Capacete. B-EPI PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE:

B.1. Óculos. B.2. Protetor Facial. C-EPI PARA PROTEÇÃO AUDITIVA:

C.1. Protetor Auditivo D-EPI DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA: D. 1. Respirador Purificador de Ar. E-EPI

DE PROTEÇÃO DO TRONCO: E. 1. Vestimentas de segurança que oferece proteção ao tronco

contra o risco de origem térmica, mecânica, química, radioativa, meteorológica e umidade

proveniente de operações com uso de água. F-EPI DE PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES: F.1.

Luva. F.2. Creme Protetor. F.3. Manga. F.4. Braçadeira. F.5. Dedeira. G – EPI DE PROTEÇÃO DOS

MEMBROS INFERIORES: G.1. Calçado. G.2. Meia. G.4. Calça.

H-EPI DE PROTEÇÃO DO CORPO INTEIRO: H.1. Macacão. H.2. Conjunto. H.3. Vestimenta de Corpo

Inteiro.

Diante do exposto, solicitamos junto a essa Diretoria, **providências** para a aquisição de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) da unidade hospitalar com urgência, expostos aos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentes, possibilitando a continuidade dos atendimentos e normalidade de funcionamento de todos os setores, visando prestar atendimento ininterrupto a todas as demandas do Hospital Municipal São Benedito e Hospital Municipal Cuiabá/MT da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, por um período de 12 meses. O engenheiro de segurança do trabalho realizou estudos que 60% desses equipamentos de proteção individual é direcionados ao Hospital Municipal de Cuiabá a demanda tem maior necessidade e outras 40% desses equipamentos de proteção individual é direcionado ao Hospital Municipal São Benedito com demanda menor em relação ao HMC.

#### **Da Declaração de bem comum para uso do Pregão e justificativa do Sistema de Registro de Preços**

Declaro que o objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do artigo 1º da lei 10.520, de 2002 e do decreto 5.450, de 2005. As especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

O uso do Sistema de Registro de Preços para essa aquisição está fundamentado nos incisos I e IV, ambos do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, haja vista a impossibilidade de definir previamente a quantidade exata dos materiais necessários, bem como pelas suas características e natureza, havendo a necessidade de contratações frequentes.

#### **Justificativa do Quantitativo**

O engenheiro de segurança do trabalho realizou estudos que 60% desses equipamentos de proteção individual é direcionados ao Hospital Municipal de Cuiabá a demanda tem maior necessidade e outras 40% desses equipamentos de proteção individual é direcionado ao Hospital Municipal São Benedito com demanda menor em relação ao Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho.

#### **Justificativa da Adesão Tardia**

Será permitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes ("carona"), considerando a autorização dada por meio do Decreto 7.892 de 21/01/2013, que regulamentou o sistema de registro de preços para a contratação de serviços e aquisições de bens pela Administração Pública Federal. Ressalta-se que o ato normativo positivou diversos entendimentos prevalentes na jurisprudência das Cortes de Contas referentes à possibilidade de





adesão por órgãos e entidades não participantes da ata de registro vigentes. Como dispõe o art. 22:

“Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preço durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante autorização do órgão gerenciador.”

Esse procedimento denomina “adesão carona” que traduz na ideia de aproveitar o que alguém já está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto sem custos.

Sobre esse tema, vale transcrever Jacoby Fernandes:

“Há nítidas vantagens nesse procedimento. Primeiro porque motiva o uso do SRP por órgãos, aumentando a credibilidade do Sistema; segundo, porque motiva a participação a participação: quem tiver preços registrados e suportar novas demandas será contratado sem licitação por outros órgãos e entidades. Terceiro, o procedimento é desburocratizante, pois fixa requisitos mínimos”.

Nesse sentido é preciso perceber que não fica apenas restrito à discricionariedade do órgão gerenciador a adesão de órgão a atas existentes.

É fundamental a comprovação da vantagem do uso da ata de registro de preço, o interesse do fornecedor em atender ao pedido e a ausência de prejuízo quando das obrigações anteriormente assumidas pelo fornecedor junto aos órgãos participantes e gerenciador da ata.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1 Sistema de Registro de Preço na sua forma de Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

3.2 A fundamentação desta solicitação se esteia em nossa Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, na Lei 10.520 de 2002, no Decreto 3.555 de 2000, Lei 13.303 de 2016, Lei Complementar 123 de 2006 e Lei 8.078 de 1990 e alterações posteriores.

3.3 O título II de nossa Carta Magna prescreve os Direitos e Garantias Fundamentais. Dentro desse título, podemos destacar o **artigo 6º** estabelecendo a “**saúde**” como direito fundamental. Vejamos:

**Art. 6º.** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

3.4 Ainda nos termos do **artigo 196** de nossa Carta Política, não há dúvida acerca da responsabilidade de quem deveres guardar a saúde dos cidadãos, vejamos:

**Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e





ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

3.5 A nossa Constituição não deixa margem de dúvidas quanto ao dever do Estado de prestar serviços e estabelecer políticas visando à satisfação da saúde da população.

3.6 Ademais, o artigo 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016, aduz expressamente a adoção preferencial da modalidade julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, vejamos:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

(...)

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

3.7 Neste sentido, o objeto da presente contratação é comum, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado.

#### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS:

##### 4.1 Memória de Cálculo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	HMC	HMSB
	Mascara N-95, cor azul/branca, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos até 10 vezes seu limite de tolerância; Possui tiras ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça; Fácil manuseio e colocação; Clipe de material flexível sem memória; Elástico ajustável preso à presilhas; Produto com Certificado de Aprovação.	UND	5000	3000	2000
02	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. <b>Caixa com 100 unidades.</b> Tamanho P (6.0)	CX	100	60	40
03	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. <b>Caixa com 100 unidades.</b> Tamanho M (7.0)	CX	100	60	40





04	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. <b>Caixa com 100 unidades.</b> Tamanho G (8.0)	CX	100	60	40
05	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. <b>Caixa com 100 unidades.</b> Tamanho XG (9.0)	CX	100	60	40
06	Luvas Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho P (6.0)	PAR	200	120	80
07	Luva Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M (7.0)	PAR	200	120	80
08	Luvas Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	PAR	200	120	80
09	Luvas Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho XG (9.0)	PAR	200	120	80
10	Luvas em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho P (6.0)	PAR	50	30	20
11	Luvas em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M (7.0)	PAR	100	60	40
12	Luvas em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	PAR	200	120	80





13	Luvas em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho XG (9,0)	PAR	100	60	40
14	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 35	PAR	30	18	12
15	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 36	PAR	30	18	12
16	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 37	PAR	30	18	12
17	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 38	PAR	30	18	12
18	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 39	PAR	30	18	12
19	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 40	PAR	30	18	12
20	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 41	PAR	30	18	12
21	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 42	PAR	30	18	12
22	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 43	PAR	30	18	12
23	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 44	PAR	30	18	12
24	Protetor Auricular Plug. Protetor auditivo plug em silicone, formato cônico com três flanges com ou sem cordão. Indicado para proteção auditiva do usuário contra ruídos. Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual. Produto com Certificado de Aprovação.	PAR	60	36	24





25	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho P (6.0)	PAR	30	18	12
26	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M (7.0)	PAR	30	18	12
27	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	PAR	30	18	12
28	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho XG (9.0)	PAR	30	18	12
29	Luva em PVC Forrada Verde e palma áspera para ser usada na limpeza de galerias e materiais escorregadios ou oleosos, punho 70 cm. Luva utilizada para manuseio de produtos químicos, ácidos, galvanização, peças e materiais oleados, coleta de resíduos e demais atividades que exijam impermeabilidade e resistência mecânica e química. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	PAR	60	36	24





30	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 37	PAR	40	24	16
31	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 38	PAR	40	24	16
32	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 39	PAR	40	24	16
33	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 40	PAR	40	24	16
34	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 41	PAR	40	24	16
35	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 42	PAR	40	24	16
36	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 43	PAR	40	24	16
37	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 44	PAR	40	24	16
38	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 45	PAR	40	24	16
39	Luva de Vaqueta em Couro. Luva de segurança confeccionada em couro vacuum tipo vaqueta com reforço externo entre o polegar e o indicador, elástico no dorso e punho (apox. 5 cm). Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes. Produto	PAR	40	24	16





	com Certificado de Aprovação.								
40	Luva Isolante fabricada de borracha natural/sintética, tipo II - classe 2, comprimento 356 mm, tensão de uso 17000V. "ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO". Tamanho G	PAR	06	04	02				
41	Protetor Facial em Acrílico (Incolor). Protetor facial de segurança, constituído de carneira de plástico ajustável e visor transparente incolor com 10 polegadas. Utilizando para proteção da face do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais. Produto com Certificado de Aprovação. <b>Caixa com 50 unidades.</b>	CX	40	24	16				
42	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <tr> <td>Tam.</td> <td>Manequim</td> </tr> <tr> <td>P</td> <td>38 a 40</td> </tr> </table>	Tam.	Manequim	P	38 a 40	UND	40	24	16
Tam.	Manequim								
P	38 a 40								
43	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <tr> <td>M</td> <td>40 a 42</td> </tr> </table>	M	40 a 42	UND	40	24	16		
M	40 a 42								
44	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <tr> <td>G</td> <td>44 a 46</td> </tr> </table>	G	44 a 46	UND	40	24	16		
G	44 a 46								
45	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de	UND	40	24	16				





	esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO GG 48 a 50				
46	Cone em PVC para sinalização (Flexível)	UND	40	24	16
47	Fita zebraada preto/amarelo 200 Mts	UND	40	24	16
48	Cinto paraquedista com talabarte em Y Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M	UND	10	06	04
49	Cinto paraquedista com talabarte em Y Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G	UND	10	06	04
50	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos Cor Branca (Engenheiro) - Produto com Certificado de Aprovação.	UND	04	03	01
51	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos Cor Azul (Pedreiro) - Produto com Certificado de Aprovação.	UND	12	08	04
52	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos Cor Laranja (Eletricista) - Produto com Certificado de Aprovação.	UND	12	08	04
53	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos Cor Preta (Técnico Segurança) - Produto com Certificado de Aprovação.	UND	12	08	04
54	Avental em PVC laminado, modelo barbeiro, proteção do tronco e braços contra umidade. Impermeável, com mangas longas. Elástico nos punhos e na parte de trás. Tamanho 1,20x0,70cm	UND	1000	600	400

#### 4.2 Do Quantitativo, especificações e valores:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	VALOR EST. UNIT.	VALOR EST. TOTAL
01	Mascara N-95, cor azul/branca, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos até 10 vezes seu limite de tolerância; Possui tiras ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça; Fácil manuseio e colocação; Clipe de material flexível sem memória; Elástico ajustável preso à presilhas; Produto com Certificado de Aprovação.	UND	5000	R\$ ---	R\$ ---
02	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 100 unidades. Tamanho P (6.0)	CX	100	R\$ ---	R\$ ---
03	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 100 unidades. Tamanho M (7.0)	CX	100	R\$ ---	R\$ ---
04	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 100 unidades.	CX	100	R\$ ---	R\$ ---





	Tamanho G (8.0)				
05	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 100 unidades. Tamanho XG (9.0)	<b>CX</b>	<b>100</b>	R\$ ---	R\$ ---
06	Luvax Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho P (6.0)	<b>PAR</b>	<b>200</b>	R\$ ---	R\$ ---
07	Luva Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M (7.0)	<b>PAR</b>	<b>200</b>	R\$ ---	R\$ ---
08	Luvax Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	<b>PAR</b>	<b>200</b>	R\$ ---	R\$ ---
09	Luvax Látex Natural Cano Longo. Cor amarela. Interior flocado. Palma antiderrapante. Com tratamento bactericida e fungicida. Antialérgica. Cano longo mínimo 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho XG (9.0)	<b>PAR</b>	<b>200</b>	R\$ ---	R\$ ---
10	Luvax em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho P (6.0)	<b>PAR</b>	<b>50</b>	R\$ ---	R\$ ---
11	Luvax em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M (7.0)	<b>PAR</b>	<b>100</b>	R\$ ---	R\$ ---





12	Luvas em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8,0)	PAR	200	R\$ ---	R\$ ---
13	Luvas em PVC, cor verde, forrada com malha de algodão, palma, dedos e dorso ásperos. Punho 26cm REF 101A – Cód 391. Punho 36 cm REF 102A – Cód 588. Punho 65 cm REF 105A – Cód 951. Suporte têxtil em algodão oferece conforto ao usuário, resistência ao rasgamento e absorção da transpiração. Palma com acabamento áspero, maior aderência no manuseio de materiais. O revestimento em cloreto de polivinilo – PVC de alta qualidade garante excelente resistência química e mecânica. Impermeáveis. Anatômicas. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho XG (9,0)	PAR	100	R\$ ---	R\$ ---
14	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 35	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
15	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 36	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
16	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 37	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
17	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 38	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
18	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 39	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
19	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 40	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---





20	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação.Nº 41	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
21	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação.Nº 42	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
22	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação.Nº 43	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
23	Botas de Borracha Policloreto de Vinila (PVC). Impermeável. Cano longo. Com forro interno em poliéster. Solado com desenho antiderrapante. Cor branca. Produto com Certificado de Aprovação.Nº 44	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
24	Protetor Auricular Plug. Protetor auditivo plug em silicone, formato cônico com três flanges com ou sem cordão. Indicado para proteção auditiva do usuário contra ruídos. Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual. Produto com Certificado de Aprovação.	PAR	60	R\$ ---	R\$ ---
25	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho P (6.0)	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
26	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M (7.0)	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---





27	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
28	Luva Térmica Impermeável para proteção mecânica, química e de alta temperatura até 350°C*. Oferece boa resistência à cortes e furos. A Luva conta com palma corrugada que permite o manuseio de objetos secos ou úmidos e punho longo, que é ideal para atividades com imersão do antebraço. Ideal para manuseio de produtos químicos; Resistência térmica de até 350°C; boa resistência ao corte e ao rasgamento; alta aderência ao manusear peças úmidas; aplicações; manuseio de peças com rebarba; trabalhos com vidro e outras peças cortantes; atividades com alta temperatura e manuseio de produtos químicos. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho XG (9.0)	PAR	30	R\$ ---	R\$ ---
29	Luva em PVC Forrada Verde e palma áspera para ser usada na limpeza de galerias e materiais escorregadios ou oleosos, punho 70 cm. Luva utilizada para manuseio de produtos químicos, ácidos, galvanização, peças e materiais oleados, coleta de resíduos e demais atividades que exijam impermeabilidade e resistência mecânica e química. Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G (8.0)	PAR	60	R\$ ---	R\$ ---
30	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 37	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---
31	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---





	couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 38				
32	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 39	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---
33	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 40	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---
34	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 41	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---
35	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 42	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---
36	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 43	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---
37	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 44	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---





38	O par de Botinas de segurança tem que ser revestida em tecidos antibactéria e antifungos; solado constituído por duas camadas de poliuretano (Pu) injetado diretamente ao cabedal; Bico de PVC ou polipropileno que fica localizado na parte dianteira embaixo do cabedal. Cabedal de couro curtido ao cromo. Produto com Certificado de Aprovação. Nº 45	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---				
39	Luva de Vaqueta em Couro. Luva de segurança confeccionada em couro vacum tipo vaqueta com reforço externo entre o polegar e o indicador, elástico no dorso e punho (apox. 5 cm). Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes. Produto com Certificado de Aprovação.	PAR	40	R\$ ---	R\$ ---				
40	Luva Isolante fabricada de borracha natural/sintética, tipo II - classe 2, comprimento 356 mm, tensão de uso 17000V. "ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO". Tamanho G	PAR	06	R\$ ---	R\$ ---				
41	Protetor Facial em Acrílico (Incolor). Protetor facial de segurança, constituído de carneira de plástico ajustável e visor transparente incolor com 10 polegadas. Utilizando para proteção da face do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 50 unidades.	CX	40	R\$ ---	R\$ ---				
42	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O Advance SuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias.	UND	40	R\$ ---	R\$ ---				
	MANHO <table border="1"> <tr> <td>n.</td> <td>Manequim</td> </tr> <tr> <td></td> <td>38 a 40</td> </tr> </table>	n.	Manequim		38 a 40				
n.	Manequim								
	38 a 40								
43	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA)	UND	40	R\$ ---	R\$ ---				





	na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO M 40 a 42				
44	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO G 44 a 46	UND	40	R\$ ---	R\$ ---
45	Cinto Abdominal Lombar C-630 com Suspensório. Este cinto abdominal é indicado para qualquer atividade física onde haverá movimentos de flexão, levantamento de peso, carregamento, exercícios físicos, profissionais na área de saúde, enfim serviços pesados e movimentos intensos da coluna. O AdvanceSuperConfort foi elaborado com a finalidade de proteger a coluna de esforços intensos. Fabricado em tecido resistente, estruturados com barbatanas em nylon flexível e uma placa de borracha semi-flexível (EVA) na parte traseira para proteção e sustentação da região lombar. O cinturão acompanha a anatomia do corpo, oferecendo ajuste perfeito, para conforto e segurança. Previne dores e lombalgias. TAMANHO G 48 a 50	UND	40	R\$ ---	R\$ ---
46	Cone em PVC para sinalização (Flexível)	UND	40	R\$ ---	R\$ ---
47	Fita zebra preta/amarelo 200 Mts	UND	40	R\$ ---	R\$ ---
48	Cinto paraquedista com talabarte em Y Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho M	UND	10	R\$ ---	R\$ ---
49	Cinto paraquedista com talabarte em Y Produto com Certificado de Aprovação. Tamanho G	UND	10	R\$ ---	R\$ ---
50	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos - Cor Branca (Engenheiro) - Produto com Certificado de Aprovação.	UND	04	R\$ ---	R\$ ---
51	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos - Cor Azul (Pedreiro) - Produto com Certificado de Aprovação.	UND	12	R\$ ---	R\$ ---
52	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos	UND	12	R\$ ---	R\$ ---





	Cor Laranja (Eletricista) - Produto com Certificado de Aprovação.				
53	Capacete de Segurança com Suspensão de 6 pontos - Cor Preta (Técnico Segurança) - Produto com Certificado de Aprovação.	<b>UND</b>	<b>12</b>	R\$ ---	R\$ ---
54	Avental em PVC laminado, modelo barbeiro, proteção do tronco e braços contra umidade. Impermeável, com mangas longas. Elástico nos punhos e na parte de trás. Tamanho 1,20x0,70cm	<b>UND</b>	<b>1000</b>	R\$ ---	R\$ ---

A estimativa total do processo é de R\$ \_\_\_\_\_,\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) conforme Mapa de Apuração N.º 091/2022 acostado ao processo.

Obs:As cotas distribuídas, conforme Art. 48 da Lei complementar 14/2014 – Os Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 – Cotas de 25% - destinado a participação exclusiva de empresa enquadrada como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, **SEM PREJUÍZO DA PARTICIPAÇÃO NA COTA PRINCIPAL.**

## 5. DO LOCAL, HORÁRIO, EXIGÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

### 5.1. Do Local:

A entrega do objeto deverá ser realizada em sua totalidade nas dependências dos:  
**Hospital Municipal de Cuiabá Leony Palma de Carvalho – HMC**  
**Endereço: Rua Orivaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa – Cuiabá-MT – CEP – 78.048-178.**

Por ocasião da entrega do objeto, deverão ser fornecidos os manuais, especificações e acessórios necessários à sua utilização se houver, bem como os esclarecimentos e informações técnicas pertinentes e em estrita consonância com o Termo de Solicitação.

### 5.2. Do Horário e prazo de entrega:

Horário de Funcionamento das Unidades: de segunda a sexta, em horário das **08:00 às 17:00** – Telefone (s): (65) 3318-4800 e PRAZO: A entrega do objeto deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, para o SESMT, e contados do recebimento da Ordem de Serviço/fornecimento, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal, devidamente datado e assinado pelo Fiscal do Contrato.

### 5.3. Do Recebimento do Objeto:

#### 5.3.1 Os bens serão recebidos:

5.3.1.1 Provisoriamente: “para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação”, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho.

5.3.1.2 Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação, que deverá acontecer em até 5 (cinco) dias contados à partir do recebimento.

#### 5.3.2 O objeto fornecido será recusado:

5.3.2.1 Se entregue com especificações técnicas diferentes das contidas na proposta apresentada definida pelo Termo.





5.3.2.2 Se apresentar qualquer feito no material;

5.3.2.3 Os itens que apresentarem defeito deverão ser substituídos, caso mais de 5% (cinco por cento) do total apresentem quaisquer defeitos.

5.3.2.4 Ocorrendo as hipóteses previstas de recusa do fornecimento do objeto adquirido, a fornecedora deverá imediatamente substituí-lo, devendo a nova entrega ser feita num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação da recusa.

5.3.2.5 O fornecedor deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

## 5.4. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.4.1 Garantia de execução:

- Não será exigida garantia de execução para este objeto.

5.4.2 Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional:

- Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis);(90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

## 5.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.4.1 É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização da ECSP, nos termos do art. 78 da Lei Nº 13.303/2016.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 O fornecimento dos produtos deverá atender as mesmas características e especificações da proposta apresentada e qualidade dentro dos padrões mínimos exigidos, obedecendo a quantidade e prazos estipulados;

6.2 Prover condições que possibilitem o atendimento a partir da data da assinatura do contrato ou instrumento de convocação;

6.3 Cumprir as especificações e preços estabelecidos neste Termo;

6.4 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

6.5 Assegurar a qualidade da prestação dos produtos;

6.6 Comunicar, por escrito e imediatamente, ao fiscal responsável, qualquer motivo que impossibilite o estacionamento, nas condições pactuadas;

6.7 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades identificadas pela CONTRATANTE referente à entrega dos produtos pela CONTRATADA.

6.8 O fornecimento somente poderá ser realizado por meio de Ordem de Fornecimento, emitida pela ECSP a qual constarão as quantidade e descrição dos produtos;





6.9 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços/produtos contratados;

6.10 Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados aos veículos da CONTRATANTE, originados direta ou indiretamente da execução da ata, por ineficiência, irregularidades, dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar, da fatura a vencer, o valor correspondente;

6.11 Não transferir a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, qualquer dos produtos.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

7.1 São obrigações da Empresa Cuiabana de Saúde Pública:

7.2 Supervisionar, monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações fixadas para a fornecedora, e para os seus profissionais, registrando, registrando as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando, formalmente, à fornecedora quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

7.3 Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados, proporcionando todas as facilidades para que a empresa fornecedora possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços contratados.

7.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

7.5 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.6 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Fornecedora, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.8 Efetuar o pagamento à Fornecedora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

7.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**





8.1 Serão designados por meio de portaria, os responsáveis abaixo para efetuarem o acompanhamento e eventual fiscalização:

FISCAL DE CONTRATO	Nome: CPF: RG: Matrícula: Cargo:
SUPLENTE DE CONTRATO	Nome: CPF: RG: Matrícula: Cargo:
SUPLENTE DE CONTRATO	Nome: CPF: RG: Matrícula: Cargo:

8.2 Caberá ao Fiscal, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CONTRATADA, encaminhando-a diretamente à Gerência de Planejamento e Finanças da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

8.3 O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da entrega e recebimento do objeto do contrato.

8.4 A verificação da adequação dos produtos entregues deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

8.5A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do material, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 81, § 1º da Lei 13.303/2016;

8.7 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

8.8 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

8.9 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.





8.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.11 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

8.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da aquisição realizada.

8.13 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação de serviços.

8.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, AINDA que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016

## **9. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM:**

9.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data da Emissão;
- d) Nome da Unidade Hospitalar;
- e) Descrição do Material;
- f) Quantidade, preço unitário, preço total;
- g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- h) Número do Contrato;
- i) Número do Empenho.

9.2 A Nota Fiscal deverá ser protocolada pela **CONTRATADA** no **PROTOCOLO CENTRAL ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEDE DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, com as devidas certidões fiscais vigentes com direcionamento a Diretoria Administrativa e Financeira - DAF;

9.3 A data de apresentação da Nota Fiscal será registrada nos autos do processo no sistema informatizado de controle de processo;

9.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

9.5 Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.





9.6 Deverá obrigatoriamente fazer acompanhar da Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da Contratada, **observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participações de licitações públicas;**
- c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Lista de Inidôneas do TCU;

## 10. DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, obedecendo ao cronograma de desembolso previsto no Decreto Estadual nº 1.349/2018;

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à prestação de serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

10.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão fiscal.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE:

11.1 Os preços são fixos e irrecorríveis no prazo de 12 (doze) meses;

## 12. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIA:

Documentações Específicas Exigidas:

Habilitação/Qualificação	Fundamentação	Exigências	
		Sim	Não
Da Habilitação Jurídica	Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016	x	
Da Regularidade Fiscal e Trabalhista	Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016	X	
Da Qualificação Técnica	Art. 58, Inciso II da Lei 13.303/2016	X	
Da Qualificação Econômico-Financeira	Art. 58, Inciso III da Lei 13.303/2016	X	
Declaração Complementares	Conforme Exigências elencadas no processo		X

### 12.1 Da Habilitação Jurídica:

12.1.1 Cópia da célula da identidade do representante legal;

12.1.2 Cópia do Ato Constitutivo da empresa devidamente arquivado no órgão competente, juntamente com as suas alterações e consolidação.

12.1.3 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

### 12.2 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo;

12.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ou [www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br);

12.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da empresa, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br);

12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da empresa, com validade na data de apresentação da proposta;

12.2.5 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais





com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);

12.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

### **12.3 Da Qualificação Técnica:**

12.3.1 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível (is) com o objeto desta aquisição, podendo o(s) mesmo(s) ser (em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, preferencialmente ser (em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório;

12.3.1.1 Não será aceitos atestados emitidos pela própria licitantes.

### **12.4 Da Qualificação Econômico-Financeira:**

12.4.1 Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa, emitida no máximo até 180 (cento e oitenta) dias da data da assinatura do contrato, caso não conste outro prazo de validade específico na referida certidão.

12.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

12.5 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.6A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade dessa.

12.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## **13. DO CONTRATO:**





13.1 Após a celebração do CONTRATO, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a Nota de Empenho para a aquisição, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis quando convocado;

13.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, respeitando o limite permitido na Lei n. 13.303/2016 e suas alterações.

13.3. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada, e ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.4. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante Fundo de garantia por Tempo de serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e a Fazenda Nacional (Certidão conjunta negativa de Débito relativa a tributos federais e dívida ativa da União), Estadual e Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo a impossibilidade devidamente justificada;

13.5 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar a situação de regularidade de que trata o item 13.3, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

13.6. Quando a Contratada, por qualquer motivo, deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes do item 13.3, ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular, ou se recusar a assinar o contrato, além das sanções previstas neste contrato, serão convocados os demais licitantes classificados remanescentes, dentro da ordem registrada no processo licitatório.

13.7. A CONTRATADA, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, desde que devidamente justificadas com base no § 1 do art. 65 da Lei 8.666/93.

#### **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E SUA VIGÊNCIA:**

14.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à ECSP promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

14.2. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte:

14.3. O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) ficarão disponíveis aos interessados na ECSP, bem como serão publicados na forma da Lei;





14.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a ECSP convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.5. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

14.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

14.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a ECSP poderá:

14.7.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.7.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.8. Não havendo êxito nas negociações, a ECSP deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

14.9.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

14.9.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela ECSP, sem justificativa aceitável;

14.9.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.9.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de licitar e/ou celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

14.9.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 14.9.1, 14.9.2 e 14.9.4 será formalizado por despacho da ECSP, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.10.1. por razão de interesse público; ou

14.10.2. a pedido do fornecedor.

14.11 Da utilização da Ata de Registro de Preço:

14.11.1. Esta Ata poderá ser aderida, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade, no âmbito estadual ou municipal, responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que devidamente justificada a vantagem e mediante concordância por parte da ECSP.

14.11.2 A manifestação da ECSP fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre





o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços,

14.11.3. Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar a ECSP para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

14.11.4 As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.11.5 Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.11.6. Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com a ECSP quanto com os órgãos participantes, quando existirem.

14.11.7 Após a autorização da ECSP, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

14.11.8. É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências à ECSP.

14.11.9. Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

14.11.9.1. A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

14.11.9.2. A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

14.11.9.3. O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

14.11.9.4. A quantidade total de unidades a ser aderida, por Item;

14.11.9.5. O prazo de validade de registro de preço;

14.11.9.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a



frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

14.11.9.7. Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

## **15. DO CUSTO ESTIMADO:**

15.1 O custo estimado da presente licitação, para contratação da pessoa jurídica para prestação do serviço, não poderá ultrapassar o valor global de R\$ 188.224,96 (Cento e oitenta e oito mil duzentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) conforme orçamentos, mapa de apuração e documentos acostados ao processo

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1 Comete infração administrativa, no termos da Lei 10.520 de 2002 e/ou da Lei 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2 apresentar documentação falsa;

16.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5 não mantiver a proposta;

16.1.6 cometer fraude fiscal;

16.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

16.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto em Lei nº 13.303/2016.

16.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.





## 17. DOS RECUSOS ORÇAMENTÁRIOS:

17.1 As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

**Órgão:** 16 – Secretaria Municipal de Saúde

**Gestão/Unidade:** 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

**Fonte:** 659 – Demais Recursos Vinculados Destinados a Saúde

**Programa de Trabalho:** 2430 – Manutenção e Apoio Administrativo do HMC  
2431 – Manutenção e Apoio Administrativo do HMSB

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 A proponente deverá declarar conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a licitação bem como demais anexos que o integram.

18.2 A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública da licitação;

18.3 O preço proposto deverá contemplar todas as despesas que o compõem, tais como de embalagem, frete, garantia, transporte, e seguro para entrega do bem no local indicado, bem como, todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, Edital e Anexos;

18.4 Serão desclassificados as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Termo de Referência, Edital e anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

18.5 Deverá ser prestadora do serviço do ramo de atividade pertinente ao objeto, que atenda todos os requisitos documentais, forneça o produto conforme descrição e ofereça melhor preço (economia).

## 19. DA DECLARAÇÃO:

19.1 Atesto para os devidos fins que as informações constantes no presente Termo são verificadas, sob penas da lei, e de minha inteira responsabilidade.

Cuiabá, 14 de Julho de 2022

Demais Responsável (is):

**Fabio da Silva Taques Pinheiro**





**EMPRESA CUIABANA  
DE SAÚDE PÚBLICA**



**HMC**  
HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ  
Dr. Leony Fátima de Carvalho



**HOSPITAL MUNICIPAL  
SÃO BENEDITO**  
AMAR VIDA PARA TODOS

LICON/ECSP

FL. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Técnico de Segurança do Trabalho  
SESMT  
Empresa Cuiabana de Saúde Pública

**Jonathan Benedito Ferreira Gomes**  
Administrador  
SESMT  
Empresa Cuiabana de Saúde Pública

**Anderson Tonon Pinheiro**  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
SESMT  
Empresa Cuiabana de Saúde Pública

Do Ordenador de Despesa:

**Paulo Rós**  
Diretor Geral  
Empresa Cuiabana de Saúde Pública

**ELABORADORES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ELABORADOR ESTRUTURAL	ELABORADOR TÉCNICO
Nome: Paulo Vitor R. de Magalhães CPF: 020.881.381-02 Cargo: Técnico Comercial I E-mail: paulo.vitor@cuiaba.mt.gov.br Tel: (65) 99284-9756	<b>Nome:</b> Anderson Tonon Pinheiro CPF: 027.597.041-81 <b>Cargo:</b> Engenheiro de Segurança Trabalho <b>E-mail:</b> sesmthmc@gmail.com



**Empresa Cuiabana de Saúde Pública**  
Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, Cuiabá - MT, 78048-000  
Telefone: (65) 3318-4815  
Endereço Eletrônico: contratos.hmsb@cuiaba.mt.gov.br





**EMPRESA CUIABANA  
DE SAÚDE PÚBLICA**



**HOSPITAL MUNICIPAL  
SÃO BENEDITO**

LICON/ECSP

FL. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

MINUTA DO CONTRATO \_\_\_/2022/ECSP

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00.047.834/2022-1

A **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, inscrita no CNPJ n. 21.873.611/0001-14, com sede na Rua Orivaldo M. de Souza s/n, - Ribeirão do Lipa, Cuiabá-MT, por intermédio da sua Diretoria Executiva, representada pelos seus diretores: EDUARDO PEREIRA VASCONCELOS, nomeado pelo ato n. 545/2021, de 08 de março de 2021, publicado no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso de 11 de março de 2021, exercendo o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e, o PAULO SÉRGIO BARBOSA RÓS, nomeado pelo ato n. 1439/2021, de 03 de novembro de 2021,



**Empresa Cuiabana de Saúde Pública**

Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, Cuiabá - MT, 78048-000

Telefone: (65) 3318-4815

Endereço Eletrônico: [contratos.hmsb@cuiaba.mt.gov.br](mailto:contratos.hmsb@cuiaba.mt.gov.br)





publicada no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso em 04 novembro de 2021, portador da matrícula funcional nº 4910472, exercendo o exercendo o cargo de Diretor Geral, doravante **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, localizada em \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n. \_\_\_\_\_, doravante **CONTRATADA**, em observância às disposições legais da Lei n. 13.303 de 2016, da Lei 10.520 de 2002, da Lei 8.078 de 1990, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. \_\_/2022, Processo Administrativo nº 00.047.834/2022-1, mediante as cláusulas condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.3 O presente contrato tem por objeto a aquisição, sob demanda, de EPI (equipamento de proteção individual) para atender os servidores do Hospital Municipal São Benedito - HMSB e Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho - HMC ambos geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública;

1.1. O presente contrato é oriundo do processo de Registro de Preço decorrente do Pregão eletrônico nº \_\_/2022.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA- DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES AO CONTRATO

2.1. Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculadas, como se neste estivessem transcritas, o Edital nº \_\_/2022 e seus anexos.

2.2. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do padrão da técnica atual.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO

3.1 O período de **vigência do contrato será de 12 (doze) meses** contados da data de publicação respeitando o limite estabelecido na Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações.

3.2. A adjudicatária terá **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para **assinar o Termo de Contrato** ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou



meio eletrônico, **para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**3.2.2.** Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da contratada perante Fundo de garantia por Tempo de serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e a Fazenda Nacional (Certidão conjunta negativa de Débito relativa a tributos federais e dívida ativa da União), Estadual e Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo a impossibilidade devidamente justificada;

**3.2.3.** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, **no prazo de 05 (cinco) dias**, comprovar a situação de regularidade de que trata o item 3.3, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**3.3.** Quando a Contratada, por qualquer motivo, deixar de comprovar a regularidade fiscal, ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, **não apresentar a situação regular, ou se recusar a assinar o contrato**, além das sanções previstas neste contrato, serão convocados os demais licitantes classificados remanescentes, dentro da ordem registrada no processo licitatório.

**3.4.** Poderá ser alterado o contrato, com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

**3.4.1.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

**3.4.2.** No caso de alteração do contrato que aumente os encargos da Contratada, a ECSP deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio-econômico financeiro inicial.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES;

##### 4.1. Das especificações:

Item	Especificações	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Mascara N-95, cor azul/branca, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos até 10 vezes seu limite de tolerância; Possui tiras	UND	5000	R\$ ---	R\$ ---





	ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça; Fácil manuseio e colocação; Clipe de material flexível sem memória; Elástico ajustável preso à presilhas; Produto com Certificado de Aprovação.				
02	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 100 unidades. Tamanho P (6.0)	UND	100	R\$ ---	R\$ ---
...	...	...	...	...	...

**4.1.1.** O item acima mencionado é exemplificativo, sendo adequados no momento da assinatura do contrato, podendo ser verificado previamente no Termo de Referência.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL, EXIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Do Local:

A entrega do objeto deverá ser realizada em sua totalidade nas dependências dos:

**Hospital Municipal de Cuiabá Leony Palma de Carvalho – HMC**  
**Endereço: Rua Orivaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa – Cuiabá-MT**  
**– CEP – 78.048-178.**

Por ocasião da entrega do objeto, deverão ser fornecidos os manuais, especificações e acessórios necessários à sua utilização se houver, bem como os esclarecimentos e informações técnicas pertinentes e em estrita consonância com o Termo de Referência.

24.2. Do Horário e prazo de entrega:

Horário de Funcionamento das Unidades: de segunda a sexta, em horário das **08:00 às 17:00** – Telefone (s): (65) 3318-4800 e PRAZO: A entrega do objeto deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, para o SESMT, e contados do recebimento da Ordem de Serviço/fornecimento, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal, devidamente datado e assinado pelo Fiscal do Contrato.

**24.3.** Do Recebimento do Objeto:

5.3.1 Os bens serão recebidos:

5.3.1.1 Provisoriamente: “para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação”, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho.



5.3.1.2 Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação, que deverá acontecer em até 5 (cinco) dias contados à partir do recebimento.

5.3.2 O objeto fornecido será recusado:

5.3.2.1 Se entregue com especificações técnicas diferentes das contidas na proposta apresentada definida pelo Termo.

5.3.2.2 Se apresentar qualquer feito no material;

5.3.2.3 Os itens que apresentarem defeito deverão ser substituídos, caso mais de 5% (cinco por cento) do total apresentem quaisquer defeitos.

5.3.2.4 Ocorrendo as hipóteses previstas de recusa do fornecimento do objeto adquirido, a fornecedora deverá imediatamente substituí-lo, devendo a nova entrega ser feita num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação da recusa.

5.3.2.5 O fornecedor deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

#### 5.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

5.4.1 É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização da ECSP, nos termos do art. 78 da Lei Nº 13.303/2016.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

**Órgão:** 16 – Secretaria Municipal de Saúde

**Gestão/Unidade:** 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

**Fonte:** 659 – Demais Recursos Destinados a Saúde

**Programa de Trabalho:** 2430 – Manutenção e Apoio Administrativo do HMC

2431 – Manutenção e Apoio Administrativo do HMSB

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O fornecimento dos produtos deverá atender as mesmas características e especificações da proposta apresentada e qualidade dentro dos padrões mínimos exigidos, obedecendo a quantidade e prazos estipulados;

7.2. Prover condições que possibilitem o atendimento a partir da data da assinatura do contrato ou instrumento de convocação;



- 7.3.** Cumprir as especificações e preços estabelecidos neste Termo;
- 7.4.** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
- 7.5.** Assegurar a qualidade da prestação dos produtos;
- 7.6.** Comunicar, por escrito e imediatamente, ao fiscal responsável, qualquer motivo que impossibilite o estacionamento, nas condições pactuadas;
- 7.7.** Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades identificadas pela CONTRATANTE referente à entrega dos produtos pela CONTRATADA.
- 7.8.** O fornecimento somente poderá ser realizado por meio de Ordem de Fornecimento, emitida pela ECSP a qual constarão as quantidade e descrição dos produtos;
- 7.9.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços/produtos contratados;
- 7.10.** Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados aos veículos da CONTRATANTE, originados direta ou indiretamente da execução da ata, por ineficiência, irregularidades, dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar, da fatura a vencer, o valor correspondente;
- 7.11.** Não transferir a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, qualquer dos produtos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 São obrigações da Empresa Cuiabana de Saúde Pública:

8.2 Supervisionar, monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações fixadas para a fornecedora, e para os seus profissionais, registrando, registrando as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando, formalmente, à fornecedora quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

8.3 Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados, proporcionando todas as facilidades para que a empresa fornecedora possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços contratados.







**9.4.** A verificação da adequação do serviço prestado deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

**9.5.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 81, § 1º da Lei 13.303/2016;

**9.6.** O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

**9.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

**9.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**9.10.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**9.11** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

**9.12** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.

**9.13** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação de serviços.

**9.14** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, AINDA que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA NOTA FISCAL E DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM**





10.1. A Nota Fiscal/ Fatura deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:

- a) **Razão Social;**
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) **Data de emissão;**
- d) Nome da Secretaria Solicitante;
- e) **Descrição do material ;**
- f) Quantidade, preço unitário, preço total;
- g) **Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);**
- h) Número do Contrato;
- i) **Número da Nota de Empenho;**

10.2. A Nota Fiscal deverá ser protocolada pela **CONTRATADA** no **PROTOCOLO CENTRAL ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEDE DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, com as devidas certidões fiscais vigentes com direcionamento a Diretoria Administrativa e Financeiro;

10.3. A data de apresentação da Nota Fiscal será registrada nos autos do processo no sistema informatizado de controle de processo;

10.4. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

10.5. Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

10.6. Deverá obrigatoriamente fazer acompanhar da Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da Contratada, **observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participações de licitações públicas;**
- c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Lista de Inidôneas do TCU;

## 11 – CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO



**11.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Fornecedora.

**11.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**11.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e o relatório contendo todas as informações técnicas pertinentes em relação ao mês de referência.

**11.3.1.** Os pagamentos serão realizados de acordo com a efetividade dos serviços prestados.

**11.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Fornecedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

**11.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**11.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**11.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão fiscal.

**11.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





**11.12.** A Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{100} \qquad I = \frac{6}{100} \qquad I = 0,0001644$$
$$365 \qquad 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE

**12.1.** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses;

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:

13.1 Garantia de execução:

Não será exigida garantia de execução para este objeto.

13.2 Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional:

Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis);(90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto,sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, no termos da Lei 10.520 de 2002 e/ou da Lei 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

14.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2 apresentar documentação falsa;

14.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



- 14.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.5 não manter a proposta;
- 14.1.6 cometer fraude fiscal;
- 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- c. Multa de até 10% (por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- d. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

14.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

14.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto em Lei nº 13.303/2016.

14.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO**

**15.1** O contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, por determinação judicial e de forma unilateral, garantida a prévia defesa, nas hipóteses previstas nesse artigo.

**15.2** O presente contrato poderá ser rescindido pelos razões abaixo mencionados:

**15.2.1** A dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato;

**15.2.2** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

**15.2.3** A caução ou utilização, por parte da CONTRATADA, deste Contrato para qualquer operação financeira.

**15.2.4.** A prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da ECSP de forma direta ou indireta.

**15.2.5.** Além das hipóteses exemplificativas previstas acima, poderá ser rescindido o contrato por outros motivos, ainda que não mencionados.





**15.3** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

**15.4** A rescisão por ato unilateral por parte da Contratada poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

**15.5** Eventual rescisão unilateral do contrato pela Contratada deverá ser proposta com antecedência mínima de 2 (dois) meses da data em que se pretende cessar a execução do objeto.

**15.6** O abandono da execução contratual configura motivo para **imediate rescisão unilateral**.

**15.7** A Contratante poderá rescindir o contrato em razão de interesse público superveniente, garantidos os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços efetivamente prestados;

**15.8** A rescisão contratual será regida pelos termos da Lei nº 13.303/2016 e conforme as normas e princípios da Teoria Geral dos Contratos e preceitos de Direito Privado, respeitado o princípio constitucional da supremacia do interesse público.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÕES**

16.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16.2. É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, bem como a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br/> em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

**17.2.** Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 13.303/2016, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** A Contratante e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o período de vigência do contrato e de execução do objeto contratual.





**18.2.** O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei 13.303/2016, na Lei nº 10.520/2002 se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

**18.3.** A Contratada assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Hospital Municipal de Cuiabá - Empresa Cuiabana de Saúde Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado.

**18.4.** A Contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na rescisão do contrato e do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**18.5.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

**18.6.** Não será admitida a subcontratação total do objeto licitatório.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1** As Controvérsias decorrente deste contrato serão dirimidas no foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cuiabá, com renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Cuiabá – MT, \_\_\_\_\_ de 2022.

**CONTRATANTE:**

**EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**



**EMPRESA**  
CNPJ nº \_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE CPF nº \_\_\_\_\_

**ANEXO III**  
**Minuta da Ata de Registro de Preços**

**PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. \_\_\_\_/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.047.834/2022-1**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, a **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, por intermédio da sua Diretoria Executiva, com sede na Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, na cidade de Cuiabá. /Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o 21.873.611/0001-14, neste ato representada pelo seu Diretor, o Sr. \_\_\_\_\_, nomeado pelo ato n. \_\_\_\_2021, de \_\_\_\_\_2021, publicada no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso de 30 de setembro de 2020, portador da matrícula funcional n. \_\_\_\_\_, exercendo o cargo de Diretor Geral, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.303/2016, Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 7.892/2013, no Decreto municipal nº 5456/2014 e demais normas legais correlatas, RESOLVE:

**REGISTRAR OS PREÇOS** para a eventual aquisição dos itens a seguir elencados, conforme cláusulas abaixo e especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela (Nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu xxxxxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (estado civil), Portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, expedida pela xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em xxxxxxxx.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto Registro de Preço para futura e eventual aquisição, sob demanda, materiais de consumo para atender o Centro de Material e





Esterilização (CME), é responsável pela limpeza, preparo, esterilização e armazenamento de produtos para saúde passíveis de processamento. Tem por finalidade garantir ao usuário e a equipe de saúde a utilização de artigos estéreis em boas condições de preservação e funcionalidade. Conforme a RDC nº 15 (BRASIL, 2012), para atender o Hospital Municipal São Benedito e Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho conforme Termo e seus anexos., conforme Edital e seus anexo.

**1.2.** Itens registrados:

- a) Valor total: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)
- b) Quantidade de itens: \_\_\_\_\_
- c) Especificação e quantitativos:

Item	Especificações	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Mascara N-95, cor azul/branca, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos até 10 vezes seu limite de tolerância; Possui tiras ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça; Fácil manuseio e colocação; Clipe de material flexível sem memória; Elástico ajustável preso à presilhas; Produto com Certificado de Aprovação.	UND	5000	R\$ ---	R\$ ---
02	Luva de procedimento não cirúrgico Nitrílica sem pó. Superfície lisa. Cor azul Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Produto com Certificado de Aprovação. Caixa com 100 unidades. Tamanho P (6.0)	UND	100	R\$ ---	R\$ ---
...	...	...	...	...	...

**1.3** O presente instrumento não obriga a ECSP a firmar aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s),





obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

**1.4** Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Proposta da LICITANTE, o Edital do Pregão Eletrônico nº **XX/2022**, e demais elementos constantes no Processo nº \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

**2.2.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP deverão ser assinados no prazo de validade desta Ata e terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos contratuais, obedecido ao disposto na Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá à Empresa Cuiabana de Saúde Pública - ECSP, tanto no seu aspecto operacional quanto nas questões legais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de homologação do certame, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados.

**4.2** O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela ECSP.

**4.3** É facultado à ECSP, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**4.4** A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no inciso 4.1 desta, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na legislação de regência.

#### **CLAUSULA QUINTA – DO LOCAL, HORÁRIO, PRAZOS E RECEBIMENTO**





5.1. Conforme item 04 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 05 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à ECSP promover as negociações junto ao(s) fornecedor(s).

6.2. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte:

6.3. O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(s) ficarão disponíveis aos interessados na ECSP, bem como serão publicados na forma da Lei;

6.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a ECSP convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.5. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.6 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.7 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a ECSP poderá:

6.7.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.7.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.8. Não havendo êxito nas negociações, a ECSP deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.9.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.9.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela ECSP, sem justificativa aceitável;

6.9.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.9.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de licitar e/ou celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).





**6.9.5** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.9.1, 6.9.2 e 6.9.4 será formalizado por despacho da ECSP, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**6.10.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**6.10.1.** Por razão de interesse público; ou

**6.10.2.** A pedido do fornecedor

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** Esta Ata poderá ser aderida, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade, no âmbito estadual ou municipal, responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que devidamente justificada a vantagem e mediante concordância por parte da ECSP.

**7.2** A manifestação da ECSP fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços,

**7.3.** Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar a ECSP para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**7.4**As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**7.5**O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**7.6** Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com a ECSP quanto com os órgãos participantes, quando existirem.

**7.7** Após a autorização da ECSP, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.





**7.8.** É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências à ECSP.

**7.9.** Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

**7.9.1.** A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

**7.9.2.** A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

**7.9.3.** O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

**7.9.4.** A quantidade total de unidades a ser aderida, por Item;

**7.9.5.** O prazo de validade de registro de preço;

**7.9.6.** Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

**7.9.7.** Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA LICITANTE**

**8.1** Conforme item 06 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 07 do Contrato (Anexo II) deste Edital.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA ECSP**

**9.1** Conforme item 07 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 08 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1** Conforme item 08 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 09 da Minuta do Contrato deste Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** Conforme item 17 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 06 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

**12.1** Conforme item 10 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 11 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





13.1 Conforme item 14 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 14 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E ENCARGOS**

14.1. Correrão por conta exclusivas da Empresa licitante:

14.2. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata e do Edital;

14.3. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos, fretes e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

15.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da ECSP.

15.3 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br/>.

15.4 O Edital e seus anexos, a proposta da empresa classificada em primeiro lugar e demais elementos do processo, todos pertencentes ao certame que deu origem a esta ata, são partes integrantes desta.

15.5 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados por esta ata de registro de preços.

15.6. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observados os prazos e limites para supressões e acréscimos dispostos na Lei n.º 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

(ASSINATURAS)





**ANEXO IV  
MODELO DE PROPOSTA**

**Processo Administrativo n.** \_\_\_\_\_

**Pregão Eletrônico n.** \_\_\_\_\_

**Objeto:** \_\_\_\_\_

**Data da Sessão:** \_\_\_\_\_

A empresa: \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por meio do seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Und. De Fornecimento	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Mascara N-95, cor azul/branca, indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos até 10 vezes seu limite de tolerância; Possui tiras ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça; Fácil manuseio e colocação; Clipe de material flexível sem memória; Elástico ajustável preso à presilhas; Produto com Certificado de Aprovação.	UND	5000	R\$ ---	R\$ ---
02	.....	...	...	...	...

**1)** Declaro para os devidos fins que estão inclusas na proposta todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, garantia, embalagem, transporte, armazenagem, tarifas, deslocamento de pessoal, lucro, seguro para entrega do bem no local indicado, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

**2)** A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_

Prazo de entrega: \_\_\_\_\_

Cuiabá-MT, XX de XXXX de 2022

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome: \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_





**ANEXO V**  
**MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual Nº. \_\_\_\_\_ estabelecida na rua e/ou avenida \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, atesta para os devidos fins que a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, fornece/forneceu o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. \_\_\_\_\_;
02. \_\_\_\_\_;
03. \_\_\_\_\_.

Cidade/MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa emitente desse atestado e sua assinatura

**RG e CFP/MF:**





**ANEXO VI**

**REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA  
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. n.º \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, solicitamos na condição de **MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO ELETÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_\_/2022** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da **Lei Complementar n.º 123/2006 e artigo 31 e seguintes da Lei Complementar Municipal n.º 192/2009 de 05 de outubro de 2009**.

**Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 que impeçam a participação neste certame.**

**Declaramos também que:**

**( ) somos optante do simples nacional.**

**( ) NÃO somos optante do simples nacional.**

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, **CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa n.º. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.**

Cidade/MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**Assinatura do representante legal sob carimbo**

**RG:**

**CPF:**

**CNPJ/MF da empresa**



**ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA)**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**A****EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA****Ref: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. \_\_\_\_\_****TIPO: MENOR PREÇO**

\_\_\_\_\_, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, nº. \_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Município/Estado \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma da Lei 13.303/16;
- Não possuir em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 13.303/2016, com redação determinada pela Lei nº. 9.854/1999.
- Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos ou dirigente do Município de Cuiabá, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- Declara que não se encontra sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações.
- Declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a licitação bem como demais anexos que o integram.
- Declarar que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- Declarar que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado e que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Cidade/MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**Assinatura do representante legal sob carimbo****RG: CPF/MF:****CNPJ/MF da empresa**

**Empresa Cuiabana de Saúde Pública**  
Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, Cuiabá - MT, 78048-000  
Telefone:(65) 3318-4815  
Endereço Eletrônico: contratos.hmsb@cuiaba.mt.gov.br

